



ONDE SE ENCONTRA A MORFOLOGIA NO SIGNOLINGUÍSTICO?

WHERE IS MORPHOLOGY IN LINGUISTIC SIGN?

Mário Eduardo Viaro¹
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: Este trabalho discute os limites teóricos do estudo da Morfologia face aos lados tradicionalmente atribuídos ao signo: significante, significado e referência. O foco principal da discussão é a necessidade de concentração das preocupações da Morfologia no significado e não no significante. Dizer que a Morfologia enfatiza o significado não torna, contudo, esse estudo equivalente à Semântica. Da mesma forma, separar claramente Fonologia, Morfologia e Sintaxe tampouco significa negar a existência de modelos morfofonológicos ou morfossintáticos, da mesma forma que a Biologia e a Química são ciências independentes num *continuum* que inclui estudos bioquímicos com modelos igualmente independentes. No entanto, busca-se provar neste artigo que nem a Morfofonologia nem a Morfossintaxe subsumem os estudos morfológicos, que mantêm a sua independência conceitual e seus objetos próprios.

Palavras-Chave: Morfologia; Signo linguístico; Semântica; Sintaxe.

¹ Prof. livre-docente do DLCV-FFLCH/USP, www.usp.br/gmhp, pesquisador PQ-2 do CNPq (maeviaro@usp.br).

Abstract: *In this paper the theoretical limits of the study of Morphology are examined from within the sides traditionally attributed to the sign: signifier, signified and reference. The main focus of the discussion is the necessity of concentration of activities of Morphology on signified and not on the signifier. To say that Morphology emphasizes the signified is not to say, however, that its research is equivalent to Semantics. Likewise, clearly separating Phonology, Morphology, and Syntax is not a denial of existence of morphophonological or morphosyntactic models, just as Biology and Chemistry are independent sciences in a continuum that includes biochemical studies with equally independent models. However, it is attempted to prove in this article that neither Morphophonology nor Morphosyntax subsume morphological studies, which maintain their conceptual independence and their own subjects.*

Keywords: *Morphology; Linguistic sign; Semantics; Syntax.*

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da Filosofia, verificamos que o conceito de *signo* é muito antigo. Retomado no século XVII por J. Locke em seu *An essay concerning human understanding* (1690), analisado como unidade linguística, nos vários escritos de C. S. Peirce e apresentado por F. M. de Saussure, em seus memoráveis cursos em Genebra, tal como se lê hoje no *Cours de linguistique générale* (1916), ainda que reduzido a apenas duas faces, o conceito de signo foi aceito na moderna Ciência da Linguagem de viés estruturalista, caminhando paralelamente à aceitação de uma área chamada Morfologia, assim intitulada desde meados do século XIX, por sua pretensa semelhança com áreas homônimas da Biologia e Medicina.

Apesar de o nome dessa ciência estar associado diretamente à forma (por meio do grego μορφή), o conceito de *morfema*, criado no círculo de Kazan (Sałaciak 2010), jamais logrou prescindir de um significado. Nem sempre é fácil distinguir quais são as particularidades da Morfologia em relação à Fonologia e à Sintaxe, uma vez que há, sem dúvida, fenômenos morfofonológicos e morfossintáticos.

Por muito tempo e, talvez por ser uma área de denominação mais nova e formada fora das Humanidades, não foi pacífica nem a aceitação do termo “morfologia”, nem o fato de seu objeto como algo independente da sintaxe e da fonologia. Vários outros nomes foram propostos, como *Lexeologia*, de Said Ali (1921), o que mostra que se, por um lado, o objeto de estudo da Morfologia foi aceito, desde que se iniciaram as segmentações das palavras por influência da gramática indiana no início do século XIX, por outro, o paradigma biológico da segunda metade do século XIX não era bem-vindo universalmente entre os linguistas. Essa fragilidade de um objeto, que seria associado ao signo, no final do mesmo século, fez que os limites da Morfologia fossem claramente traçados: a Morfologia estuda os morfemas em seus paradigmas mentais, diferente da estruturação sintática. Contudo, se o objeto da Morfologia tem significado e significante, a fronteira com a Fonologia se estabelece apenas no nível

sintagmático e a arbitrariedade dessa fronteira lançou luz ao estudo de fenômenos morfofonológicos. *A priori*, um fonema ou qualquer outra unidade suprafonemática sem significado não está na alçada da Morfologia. Falar de uma Morfofonologia que subsuma as duas pesquisas, tanto a fonológica, quanto a morfológica, é, portanto, um desafio teórico que transparece em diversos trabalhos de Câmara Jr (1970), por exemplo. Segundo a ótica morfofonológica, tanto fonema quanto morfema estariam numa relação de contiguidade no significante e a adição do significado formaria a fronteira que converte o puro significante em signo. Dito de outro modo, o signo é depreensível como produto de um modelo transformacional e não um objeto que institui um ponto de partida da análise. A Morfologia, em decorrência desse raciocínio, seria um acidente do objeto de estudo e não a sua essência. No entanto, esquece-se o elemento qualitativo dessa transformação. Da mesma forma que algumas verdades da Biologia dependem dos pressupostos da Química, mas a Biologia não é uma área nem da Química nem da Bioquímica, parece ser razoável pensar que a Morfologia, por mais que dependa da Fonologia, não é uma área da Fonologia nem da Morfofonologia. Além disso, o eixo paradigmático não justifica a oposição entre Morfofonologia e Sintaxe, pois não só há paradigmas de fonemas, de sílabas e de morfemas, mas também há paradigmas de significados e de regras sintáticas. A estrutura paradigmática é objeto da Psicolinguística ou mesmo da Psicologia, já a estrutura paradigmática não é o fator que une Morfologia e Fonologia. O que os une é o significante.

Algo parecido se pode pensar de modelos que preconizam uma Morfossintaxe que subsuma tanto a Morfologia quanto a Sintaxe: apenas os significantes os unem, desde que assumamos que a Sintaxe analisa a expressão linguística ao longo do tempo da enunciação e não que seja um modelo em que se reconstruam etapas mentais sucessivas. Aquilo que é considerado gerativo na Sintaxe é muito mais limitado na Morfologia: é possível imaginar enunciados longuíssimos e teoricamente infinitos, mas não é possível imaginar vocábulos gerados desse modo. Mas aparentemente essa limitação gerativa da Morfologia não é o ponto focado pelos defensores de uma Morfossintaxe que englobe as duas áreas. A partir de premissas semelhantes, subsume-se a Semântica à Sintaxe, pois a Semântica se constrói em blocos, da perspectiva sintagmática do receptor, desde o mesmo limiar que distingue Fonologia de Morfologia, para depois disso formarem-se significados lexicais, sintagmáticos de vários níveis e, por fim, globais e frasais, para não falarmos dos pressupostos e subentendidos estudados pela Pragmática.

A conclusão a que se chega, observando todo esse cenário, é que Fonologia, Morfologia, Lexicologia e Sintaxe são áreas tradicionais distintas vinculadas aos significantes e que o significado, impossível de ser descartado até mesmo pelos mais coerentes behavioristas, está todo ao encargo da Semântica. Mesmo a existência de fenômenos fronteiros são todos vinculados de algum

modo ao significado. Fora da Semântica, e mesmo assim com limites, só podemos pensar numa Fonética Acústica ou na estruturação mental dos paradigmas estudados pela Psicologia e pelas Neurociências.

1 COMPOSICIONALIDADE E PARADIGMAS MORFOLÓGICOS

Assim entendida a primeira questão, observa-se que, do ponto de vista do significante, a Morfologia estuda fenômenos na fronteira da Fonologia, mas com a presença do significado para além de questões como pares mínimos, enquanto na fronteira da Lexicologia, estuda fenômenos que garantam a composicionabilidade morfemática e não um significado lexical derivado pela história.

Por exemplo, a Morfologia se preocupa com o significado das unidades de um item lexical como “barbeiro” enquanto a junção morfemática é puramente composicional, isto é, enquanto imaginado como item lexical pertencente a dois paradigmas e não a um só (que podemos chamar de paradigmas morfológicos), a saber um referente a {barb-} e outro a {-eir:o}, com paráfrases semânticas para cada unidade. Curiosamente, é de certa tradição que um morfológo se interesse pelo significado latente que une ambas as unidades, embora isso seja um estudo mais próximo da Pragmática: um barbeiro não é quem constrói barbas nem quem come barbas, nem algo que se parece com uma barba, mas alguém que trabalha com barbas, mais especificamente cortando-as ou modelando-as esteticamente: a ideia vinculada a “trabalhar com” não está nem em {barb-} nem em {-eir:o}, antes é uma interpretação decorrente da junção composicional. Pode inclusive investigar o segundo nível de significado do radical, do afixo ou da composição, no referente à valoração, e nesse momento, faz uma interface com a Semântica. Pode, por fim, buscar entender como surgiu a polissemia do sufixo e aí fará uma interface com os estudos diacrônicos (Viaro, 2007). A Morfologia, porém, não se interessa pelo produto que não seja composicional, pois entende que os produtos não-composicionais sejam tarefa da Lexicologia ou da Lexicografia, por exemplo, quando o item lexical “barbeiro” se refere ao inseto ou à pessoa que dirige mal.

Em suma, o objeto de estudo da Morfologia é o mecanismo da mente que atribui um significado a um sintagma de fonemas (fenômeno que poderíamos chamar de gênese de um morfema) e mantém esse significado composicionalmente até o limite preestabelecido para a forma do signo. Se não mantém e ultrapassa esse limite, a unidade investigada estará num paradigma lexical e não num paradigma morfológico. Assim, podemos pensar que paradigmas são conjuntos de fenômenos linguísticos na mente e que para a palavra “barbeiro” são reconstruíveis pelo menos quatro possíveis paradigmas: um para o elemento {barb-}, outro para o elemento {-eir:o}, um terceiro para a experiência que nos ensina como interpretar composicionalmente {barb+eiro} e um quarto para os signos não-composicionais do tipo {barbeiro}. Os dois

primeiros são objetos de estudo da Morfologia, o terceiro também tem sido considerado objeto da Morfologia embora seja mais apropriadamente uma tarefa da Pragmática e o quarto é objeto de estudo da Lexicologia.

2 GRAUS DE ABSTRAÇÃO DO MORFEMA

Complica esse panorama o caráter fluido da segmentação e da concatenação dos morfemas na unidade lexical, quando, por exemplo, levanta-se a questão dos interfixos, tais como propostos por Y. Malkiel (1958). Nem sempre é fácil determinar onde começa e onde termina um morfema. Mas se isso pode variar individualmente, não aumenta a situação dos quatro paradigmas acima.

Por exemplo, em “canavial”, existe um elemento claramente associado a “cana”, isto é, a unidade {can-}. Também é fácil detectar o mesmo elemento {-al} em “laranja”. Resta-nos saber o que fazer com o restante, isto é, com a sequência {-avi-}. Ora, esse elemento não tem significado produtivo algum e, por essa razão, a morfologia de viés aronoffiano declara que é um problema da lexicologia (Aronoff, 1971). No entanto, na prática, a teorização lexicológica dedica-se preponderantemente a questões como o estudo de vocábulos, termos, lexias e unidades maiores que o morfema, os quais compõem um nicho de sintagma que, posteriormente, será objeto de estudo tradicional da Sintaxe. O segmento ou pseudossegmento que caracteriza o interfixo, no final, não é estudado de modo algum a não ser por alguém que o investigue diacronicamente.

Para resolver o problema da inserção desse segmento sob uma ótica sincrônica, postulou-se platonicamente, que o morfema está num nível acima do significante e o que vimos chamando de “morfema” passou a chamar-se “alomorfe” e, algo só decifrável pela Historiografia da Linguística, deu-se o título de “morfema” a unidades que congregam os alomorfes (Martinet, 1949).

Dito de outro modo, os alomorfes formariam paradigmas e os morfemas os agrupariam, tal como se faz na Semântica lexical na questão dos hiperônimos e hipônimos. No entanto, diferentemente dessa relação de hiperonímia e hiponímia (que na visão aristotélica equivale aos antigos conceitos de gênero e espécie), um alomorfe não é uma unidade independente e seu uso, muitas vezes, sobretudo em línguas não-aglutinantes e não-isolantes, toma contornos específicos demais.

Voltando ao caso de “canavial”, por exemplo, estipula-se que {canavi-} seja alomorfe de um morfema abstrato {{can-}}, ainda que o seu uso seja estrito à combinação morfossintática com {-al}. Alguém poderia também dizer o contrário: que {can-} se une ao alomorfe {-avial}, realização do morfema abstrato {{-al}} também exclusiva da palavra “canavial”. O aspecto *ad hoc* de ambas as soluções é inegável e, na impossibilidade de se escolher entre a primeira e a segunda opção, mesmo aceitando o conceito de alomorfia, devido ao relativismo vicioso que se acopla epistemologicamente ao modelo, o problema se torna totalmente

inconclusivo e o mais razoável seria delegar à Morfologia modelos de abordagem estatística, tal como ocorre com a ciência etimológica. No entanto, tais modelos são inexistentes.

Dito de outra forma, dada a improdutividade tanto de {canavi-} quanto de {-avial}, não é possível decidir qual é a opção mais correta, caso se decida que essa questão seja algo meritório da Morfologia e não da Lexicologia.

3 MORFOLOGIA E FONOLOGIA: PARALELOS OU DIVERGÊNCIAS

Em discordância disso, argumentamos que problemas como o dos interfixos estão aquém dos interesses dos lexicógrafos (como questões puramente fonológicas estão aquém dos interesses dos morfólogos). O que é importante reconsiderar não é a exclusão do dado dentre os interesses da área, mas a sua reintegração por meio de uma análise teórica mais fina, que questione os seus pressupostos e que reformule, se necessário, todo o modelo.

Um primeiro passo seria realmente indagar se há mesmo paralelismo real entre modelos estruturalistas como o de alofone/fonema e o de alomorfe/morfema. Essa aparente semelhança reside somente na capacidade de formar construtos por meio de abstração, mas não parece uma realidade cognitiva, antes assemelha-se a uma solução *ad hoc*.

Mesmo entre os pós-estruturalistas, um expediente do tipo *deus ex machina* tal como a explicação por meio de alomorfes é muito recorrente. O problema é de ordem epistemológica e uma revolução científica (Kuhn, 1962) parece estar longe de acontecer, dado ao apego que temos a pseudofenômenos como o da alomorfia. Além do problema que gera a alomorfia, outras questões são ainda mais problemáticas, embora menos conhecidas, como o problema dos moldes fônicos (Viaro, Guimarães-Filho e Ferreira, 2013).

Por exemplo, afirma-se que “corpo” tem um morfema abstrato {{corp-}} com dois alomorfes, um para o singular {'koRp/} e outro para o plural {'kɔRp/}. Essa interpretação parece ser encorajada quando se detectam paradigmas com essa mesma alternância fonética (como em *corvo*, *olho*, *porto* etc.). É sabido inclusive que há exceções para esse fenômeno (como em *moço* ou em *garoto*). Se se tratasse de um problema morfofonológico, alguém poderia propor três unidades abstratas imaginárias nos paradigmas fonológicos: uma com fonema /o/ constante na flexão de gênero e de número em “moço”, outra com um fonema constante /ɔ/ e uma terceira, talvez representado como /O/, para os casos do tipo “corpo”. No entanto, isso não é normalmente proposto porque se imagina que a dependência da alternância vocálica ou da não-alternância vocálica está ligada a questões morfológicas e lexicológicas. Protela-se a criação de uma *regra* desejada e, nesse ponto, os modelos linguísticos não são mais felizes do que os modelos da Gramática tradicional: criada uma regra surgem novamente as exceções. A metodologia de desviar o problema, jogando as exceções para um nível que não

é o seu, parece uma tentativa de manter a ciência em foco “pura”, seja ela a Fonologia, seja a Morfologia, mas os lexicólogos, como dito, além de não se interessarem primariamente por essas questões, ainda carregariam o ônus de ter de valer-se de modelos diacrônicos para a explicação ou então aceitá-los como algo impossível de ser explicado sob algum viés do que se considera “científico” quando não se encontram as variantes necessárias para a explicação de um universo de fatos analisados. Desde o século XVI, assume-se que uma ciência se baseia mais na observação ou na intuição, mas não na erudição, por aduzir com frequência razões alheias ao verdadeiro problema.

No entanto, isso não é verdade: numa reconhecida ciência como a Biologia, o estabelecimento de caracteres nos estudos de sistemática não consegue ser resolvido de forma eficiente usando-se puramente a indução ou o cálculo computacional: para evitar resultados bizarros incondizentes com o testemunho estratigráfico e paleontológico ou mesmo para manter a coerência de pressupostos anticriacionistas, por exemplo, um biólogo interpretará seus dados da melhor forma possível, derivando-os de dados de um grupo externo ao analisado ou mesmo de conclusões relativas a postulados deduzidos de premissas evolucionistas. Nessa ciência, portanto, ignorar o passado para não mesclar fatos atuais e pretéritos seria visto como uma postura pouco perspicaz e até mesmo dogmática, embora reconheça que tal atitude tenha a capacidade de manter o controle sobre os dados. Não se trata de um dogmatismo às avessas da ciência, como sustentam muitos relativistas, mas de experiência acumulada, mostrada pela historiografia: a ignorância de dados paleontológicos, biogeográficos, bioquímicos, entre outros, conduzirá fatalmente a erros facilmente refutáveis, naquilo que se admite como algo admissível do ponto de vista epistemológico da ciência, desde os questionamentos popperianos.

Da mesma forma, a Linguística enquanto ciência e a Morfologia enquanto área dessa ciência não devem alijar-se de dados fora de seu *corpus* de análise, tanto do ponto de vista histórico, quanto sociolinguístico, tampouco do que oferecem atualmente os resultados das Neurociências, sob o risco de cair em um neoescolasticismo. É preciso rever, portanto, algumas condições que, muitas vezes, estão disfarçadas na forma de repetições temáticas sem questionamento adequado, nas gramáticas tradicionais, as quais refletem não apenas equívocos, mas também momentos da historiografia da Linguística em que a importante distinção entre sincronia e diacronia não era ainda evidente, por não se tratar de um pressuposto necessário à discussão.

Dito isso, advogamos que um morfema não é uma entidade mais abstrata que o alomorfe, pois não existe distinção entre essas duas instâncias: isso é uma espécie de revisitação do pensamento plotiniano. A decisão de abandonar essa distinção reside na implicação mais simples que uma ciência pode assumir: a solução do morfema mais abstrato que o alomorfe não resolveu o problema das exceções, antes aumentou o casuísmo da gramática tradicional e não a superou.

Diremos que o problema reside não nos paradigmas morfológicos, mas na interpretação pragmática, que pode resultar ou não uma forma.

Em lugar disso, lembremos que a construção mental em uma análise sincrônica é resultado não só de uma herança histórica, mas também de uma ontogênese individual, portanto, um modelo puramente sincrônico deve focar suas raízes nos estudos de aquisição de linguagem e não deve descartar o seu “grupo externo” fornecido pelas sincronias pretéritas e pelas línguas “sinapomorficamente” ligadas (Amorim 2002).

Do ponto de vista da prolificidade, um signo {canavi-} encontra-se não só em “canavial”, mas também em “canavieiro” e {marcen-} não é elemento da composição apenas de “marceneiro”, mas também de “marcenaria”. A baixa ou alta prolificidade de um paradigma não diz nada sobre a produtividade, pois se a prolificidade se refere a uma sincronia atual ou pretérita, a produtividade é um modelo para uma sincronia futura: dizer que um elemento morfológico é produtivo passa a ser o mesmo que dizer que é produtivo numa sincronia e será ainda mais na sincronia seguinte (Viaro, 2010). Se o conceito de produtividade é aplicado a uma sincronia pretérita, os dados podem ser obtidos indutivamente, mas se é aplicado à sincronia atual, o seu aspecto previsível se aproxima (talvez impropriamente) ao de ciências como a Física, embora o objeto de estudo de linguística seja vinculado a fenômenos sociais “microscópicos”, que não permitam o exercício da previsão.

4 A EXPRESSÃO COMO SÍMBOLO OU ÍNDICE

Um vocábulo como “barbeiro” promove a seguinte interpretação, adquirida em algum momento pelo falante ao aprender o sistema linguístico do português: (a) a parte final é significativa e também a principal pois “barbeiro” não é uma espécie de barba, como em “barbinha” e, numa hierarquia, o núcleo semântico da vocábulo situa {-eir:o} acima de {barb-} e não o contrário, (b) encontra-se organizada na mente em um paradigma junto como outras palavras tais como “padeiro”, “leiteiro”, “sapateiro” etc, (c) esse paradigma se refere a uma pessoa que trabalha com aquilo simbolizado no radical, a saber, a barba, mais especificamente, cortando-a e dando-lhe um tratamento estético.

Usar o termo “simbolizado” é melhor do que simplesmente “expresso” numa língua não-aglutinante como o português, pois deixa claro que {barb-} não é um item lexical como “barba”, embora seja um item morfológico. Da mesma forma, {pad-} não é “pão” e, tampouco {marcen-} é “madeira”. A criança, ao aprender uma língua qualquer com características tipológicas semelhantes ao português, observa e aceita essa distância entre o que é morfológico e o que é lexical. Nesse caso, portanto, a relação sígnica do item morfológico é de ordem simbólica.

A simbolização também possibilita que dois itens, como {/'koRp/} e {'kɔRp/} se aliem a uma única interpretação, juntamente com outros: {/koRpɔr/} e {/koR'pɔr/}, radicais, respectivamente, de palavras como “corporal” e “corpóreo”. A solução dos paradigmas morfológicos não pode ser associada a uma economia de paradigmas, pois não havendo mais a solução *ad hoc* da alomorfia, entende-se que a grande união desses elementos é de ordem semântica. Somente um estudo morfossemântico poderia vislumbrar um modelo adequado para isso, no qual se pudessem postular gêneros e espécies, no sentido aristotélico dos termos. A Morfologia apenas detecta tal morfema como pertencente ao sistema, o qual se associa, pragmaticamente, a outros por meio da aceitação dos dados durante a aquisição da linguagem tanto pelo indivíduo quanto pela sociedade em que se insere. Dizer isso rompe o pseudoproblema sobre se um morfema como {marcen} tem ou não significado e toda a polêmica sobre os morfemas *cranberry* (Bloomfield, 1933). De fato, não é correto afirmar que um morfema *tem* significado, mas sim que se expressa por meio de um vínculo simbólico com um conteúdo semântico, por meio do qual é compreendido. Entende-se, portanto, que a Morfologia não se confunde com a Semântica, por não se preocupar com o conteúdo semântico em si, mas sim com a junção do significante com esse conteúdo, bem como com a sua distribuição em paradigmas. A única resposta possível ao título deste trabalho, nessa perspectiva, é: a Morfologia se encontra no significado do signo, se pensarmos no modelo tradicional de signo, com dois ou com três lados.

No signo de três lados, o significado não deve, de modo algum, confundir-se com a referência e muito menos com a realidade. A referência é o modo como a realidade é vista pelo falante, dentro das suas limitações cognitivas como indivíduo representante da espécie biológica *Homo sapiens* e dentro das limitações epistemológicas derivadas dos inúmeros segmentos sociais a que pertence ou pertenceu durante sua trajetória ontológica, no melhor exercício de sua capacidade de percepção e reflexão. Expulsa da Linguística e restrita à Filosofia, Antropologia, Sociologia e Psicologia, a referência não é o significado. O significado é o elemento previamente interpretado e socialmente compreensível da referência, aceito momentaneamente no ato da fala para a sua expressão (o que explica mal entendidos e ambiguidades). No significado estão tanto os paradigmas morfológicos quanto os semânticos. Os primeiros reúnem elementos dos segundos a uma forma proveniente do significante. Os paradigmas semânticos reúnem conteúdos provindos da referência.

A forma, que caracteriza os elementos dos paradigmas morfológicos dentro do significado, não pode ser uma categoria abstrata para além das próprias classificações morfológicas. Essa forma também não se confunde com a expressão, que será organizada nos sintagmas.

Há paradigmas puramente semânticos, como os pressupostos e outras questões estudadas pela Pragmática. Como vimos no exemplo acima, a junção de

{barb-} com {-eiro} requer a explicitação de um pressuposto em sua paráfrase, a saber, “que trabalha com”, pois o conteúdo semântico de {-eiro}, nesse caso, não é o suficiente (Viaro, 2012). Há também paradigmas puramente morfológicos, por exemplo, as vogais temáticas, os interfixos, as vogais de ligação e outros fenômenos que formam paradigmas sem ter vínculo com as referências, mas a uma interpretação puramente linguística, por exemplo, a categoria de gênero, as conjugações verbais, as declinações nominais, as classes de morfemas e as classes lexicais, que não se confundem com as classes de palavras ou partes do discurso da Gramática tradicional (Rosa 2000).

Quando afirmamos que {barb-} simboliza “barba”, não dizemos simplesmente que ele *significa* “barba”. Significar é estabelecer uma relação entre significante e um conteúdo no nível do significado. Esse conteúdo, porém, vem da referência, neste caso. Uma referência, obviamente, não corresponde, de modo algum, a algo de realidade concreta, pois “sociedade” é uma referência, assim como “saci”, “anjo” ou “liberdade”. Nesse sentido, {barb-} não se confunde como o item lexical “barba”: se {barb-} simboliza conteúdo “barba”, o contrário também é possível, pois “barba” pode ser simbolizado por {barb-} e, nesse caso, diremos que há uma expressão simbólica. Daí decorre o *non sequitur* de se dizer que há uma regra morfofonológica que apaga a última vogal de “barba” para inserir o sufixo {-inh:a}.

No entanto a última vogal da palavra “barbinha” requer explicações. Há razões históricas que não têm a ver com o conteúdo do sufixo (pequenez, valoração etc.) e, de fato, nenhum falante saberá dizer por que a palavra “barba” é feminina ou porque é terminada em *-a* e não em *-o*. Dizer que é uma palavra de origem latina e que remonta à primeira declinação do latim é uma explicação diacrônica, mas remete o problema do português ao latim sem resolvê-lo. Aparentemente os sistemas linguísticos, que só existem em sincronia, como diz o *Cours de linguistique générale* (Saussure, 2005), dispõem de unidades herdadas que não têm qualquer sustentação na referência. No entanto, não há contradição em dizer que o *-a* de “barbinha” *significa* algo mesmo assim e embora não seja símbolo de nada, é um índice de algo. Signos não são exclusivamente símbolos, como nos ensina a semiótica de base peirceana. Talvez aí esteja a resposta para elementos segmentáveis e “sem significado” como vogais temáticas: na verdade, o seu significado é de outra ordem, pois provém da aquisição e passam sem interpretação alguma pela referência, alojando-se no significado, onde juntamente com um significante, forma uma unidade que compõe um paradigma e, de fato, o paradigma das palavras femininas terminadas em *-a* é muito extenso.

A sustentação da hipótese acima enunciada parece já ter sido percebida por Said Ali (1923), pois preconiza que palavras portuguesas do gênero masculino geralmente terminam em *-o*, são oxítonas ou monossílabas terminadas em vogal ou ditongo, terminam em *-men*, *-en* ou *-um*, designam seres concretos e são terminadas em *-ão*, designam seres animados e são terminadas em *-r* ou *-l*,

são oxítonas terminadas em *-s* ou *-z*, paroxítonas terminadas em *-s* ou *-x*, ou então terminam em vogal+*te*, *-ude* (desde que sejam concretas), *-rte*, *-nte*, *-ma*, *-ta* ou então não têm uma forma definida mas expressam pontos cardeais, letras do alfabeto, Algarismos, meses, nomes de rios, montes, mares, ventos, oceanos, navios, edifícios, países ou regiões não terminadas em *-a*. Seguindo a mesma metodologia, serão femininos a maioria das palavras terminadas em *-a*, *-ã*, *-gem* ou *-dem*, vogal+*-de*, as abstratas terminadas em *-ão*, *-ice*, em *-ie*, *-ave*, *-eve*, *-ebe*, *-ase*, *-asse*, *-ace*, *-axe*, *-ese*, *-esse*, *-ece*, *-ise* e *-ose*, os nomes de ilha e o de cidades. Essa listagem, que contém obviamente as suas exceções, impressiona pela capacidade que o autor teve para reunir traços do significante insuspeitos (como finais de palavra) ou do significado (como vemos nos hiperônimos apresentados) em torno do conceito de gênero gramatical, que normalmente não são vinculados pela Linguística, embora esse vínculo faça parte da experiência do falante na aquisição da linguagem (quer da língua materna, quer de uma segunda língua).

5 NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO NOS PARADIGMAS DO SIGNIFICADO

Nossa refutação à formulação de morfemas abstratos a partir de alomorfes concretos não é uma recusa geral do mecanismo da abstração, mas uma recusa do postulado que afirma a existência de tais unidades morfemáticas abstratas na mente. O próprio conceito de paradigma resulta numa abstração advinda da intersecção de seus elementos. Essa abstração muitas vezes também tem uma forma e também é um signo. Outras vezes, não. No caso dos paradigmas semânticos, a abstração que nomeia o paradigma muitas vezes é chamada de hipônimo, em relação a uma abstração ainda maior, que se denomina hiperônimo. Tal fato também ocorre nos paradigmas morfológicos e não só quando se reúnem irregularidades, previsíveis ou imprevisíveis, de significantes da mesma “palavra” ou de itens lexicais semanticamente próximos. Se o hiperônimo é apenas um novo conteúdo semântico, a abstração nos paradigmas morfológicos, quando nomeada, é expressa invariavelmente por um termo técnico, portanto, algo auxiliar para a reflexão metalinguística. Difícil é avaliar a artificialidade do paradigma apenas pelo termo técnico empregado. Isso ocorre porque, no caso da Semântica e da Morfologia não-gramatical, que se ocupa de símbolos, a forma simboliza um significado proveniente da referência (de onde vêm ideias tanto hipônimas como hiperônimas: “gato”, “cão” ou “animal”, “ser vivo”); já no caso da Morfologia gramatical, que se preocupa com índices, valemo-nos da nomenclatura tradicional da Gramática e da Linguística, que utiliza termos como “preposição”, “sufixo”, “conjugação” etc.

Por causa da dificuldade de nomeação, Câmara Jr (1970) refere-se a muitos desses paradigmas por meio de fórmulas, mimetizando a antiga técnica paniniana, como chamar de IdFt2 àquilo que chamamos tradicionalmente de

“futuro do pretérito do indicativo”. Observe-se que a atitude de Câmara Jr foi desassociar a semântica e focar a forma.

Por exemplo, numa frase como *se você chegar às três horas para assistir à minha apresentação do coral, será tarde demais, porque aí eu já cantei*, a terminação *-ei*, no verbo “cantei”, representa três paradigmas morfológicos distintos (que Câmara Jr denomina C1, P1 e IdPt2, desvinculados da tradição que os denominaria respectivamente de “primeira conjugação”, “primeira pessoa do singular” e “pretérito perfeito do indicativo” à guisa de evitar confusões com a referência). No exemplo acima, a terminação *-ei* refere-se a um tempo futuro, embora seja mais comumente empregada para simbolizar um passado. A metalinguagem tradicional “pretérito” confunde a análise, insinuando que esse sentido de futuro é “derivado” de pretérito, dificultando que se percebam fatos como a sua anterioridade temporal e a sua conseqüente referência a um aspecto perfeito, que não configura paradigma morfológico muito claro no português, embora seja diacronicamente comprovável. Aparentemente no exemplo acima, o aspecto sobrepõe-se ao tempo e sequer uma tese sobre o uso conservador do *perfectum* em português pode ser enunciada, porque a nomenclatura dificulta essa percepção.

Conceitos como “modo-tempo”, “pessoa-número” e “conjugação” são termos usualmente empregados como abstrações desses paradigmas, os quais, por sua vez, são importantes para definir a classe dos “verbos” no sistema do português. Todos esses arranjos variam tremendamente nas línguas e independem da referência. A compreensão desse arranjo mental não equivale sempre à nomenclatura tradicional, que tem bases puramente lexicográficas. Por exemplo, o conceito abstrato “conjugação” numa análise indutiva dos verbos portugueses de modo algum confirmará a existência de três tipos de conjugações, pois a escolha do infinitivo para categorizar esse conceito é totalmente arbitrário: o verdadeiro número de conjugações ainda é indefinido por requerer a aplicação de métodos similares ao empregado por Câmara Jr (1970).

Não aplicar metodologia, apenas uma cômoda repetição de modelos tradicionais, é indigno de qualquer postura que se autodenomine científica: a Morfologia deve investigar quantas classes gramaticais *de fato* existem, quantas conjugações verbais, quantos paradigmas de formação de plural em nomes de fato há em vez de adotar puramente atitudes consagradas, que apesar de úteis para a tradução entre as posturas teóricas, não conduzem nem ao conhecimento da estruturação de uma língua específica (como realiza de maneira eficaz o modelo dos pares mínimos em fonologia), nem à construção de teorias razoáveis quando lida com temas ainda mais complexos, por exemplo, a interface da morfologia com a fonologia ou com a sintaxe.

Aparentemente, muitas dessas conclusões foram pouco desenvolvidas, porém, intuídas pelos gramáticos: a noção de caso, por exemplo, está vinculada a uma declinação, no modelo das gramáticas latinas, mas obviamente o número

de paradigmas que compõe aquilo que chamamos “declinação” é maior do que cinco, mas são considerados subgrupos, como as exceções, os parissílabos e os imparissílabos, as palavras da primeira declinação com dativo-ablativo terminados em *-bus* (como *dea* “deusa”), a não-consideração das mesclas de casos como sendo uma só categoria morfológica em prol do formato analógico das tabelas etc. Tudo isso dificulta o entendimento da variação e da mudança linguística e não esclarece nenhum aspecto morfológico com exatidão. O expediente mais comum dos gramáticos sempre foi criar poucas categorias, sendo uma delas muito mista e é assim que ocorre com a “terceira declinação” das gramáticas latinas ou mesmo com a categoria tradicional chamada “advérbio”. Se compreendemos que não existe na mente nenhum paradigma, por mais hiperonímico que seja, que corresponda ao termo tradicional “advérbio”, só poderemos concluir que essa classe não existe e é apenas um construto facilmente refutável pelos testes. Se é falso, é com certa infelicidade que se pode concluir que também são falsos, logicamente falando, quaisquer modelos derivados da premissa que afirme a existência de advérbios na mente. Eis uma situação muito parecida com as teses escolásticas refutadas na época de Duns Scottus e Francis Bacon. Uma Morfologia de fato está por ser feita, mas não o será sem um estudo epistemológico que promova antes uma Teoria da Morfologia.

6 PARADIGMAS DE MORFOLOGIA GRAMATICAL: O GÊNERO

Exemplifiquemos com a complexa situação do gênero gramatical em português. Conclui-se, a partir do acima exposto, que {-a} é um morfema que simboliza uma referência de feminino, mas não uma realidade de feminino, ou seja, não aponta necessariamente para seres considerados femininos.

O {-a} está num item lexical como “menina” e, de fato, seres humanos reais ou fictícios são considerados femininos, seja pelo aspecto biológico seja por questões identitárias e em razão disso são referências, junto com outros seres vivos, para o conteúdo de “feminino”. Tais referências (mas não todas) são comumente associadas a um paradigma morfológico abstrato chamado também de “gênero gramatical feminino”, que se subsume a um ainda mais abstrato, denominado pelo termo “gênero gramatical”, o qual, por sua vez, se inclui num outro, ainda mais abstrato, denominado “flexão”.

No entanto, alguma referência de “feminino” também ocorre no {-a} de “jarra” e não somente porque essa palavra pertence ao mesmo gênero gramatical feminino: embora saibamos que não há nada na realidade que nos conduza ao enigma de por que uma jarra deva ser expressa pelo gênero gramatical feminino, pois a oposição jarra/jarro não se assemelha em nada à oposição menina/menino. Na realidade, o fato de, morfológicamente, o {-a} de “jarra” ter comportamento idêntico ao {-a} de “menina” nos conduz à existência de diversas referências de “feminino” e de “masculino” para além da mera questão sexo/ identidade da

realidade. No nível do significado, referências tão distintas se apagam e é indiferente, dentro de um paradigma morfológico, se a semântica está apoiada, em última instância, na realidade em questões como sexo/ identidade ou em outras distinções dignas de investigação, da mesma forma que infinitas ondas acústicas podem ser indistinguíveis, uma vez estabelecido um fonema que as subsuma.

Embora o par jarro/jarra (e outros casos como caneco/ caneca, cesto/ cesta, espinho/ espinha, fruto/ fruta, veio/ veia, cinto/ cinta etc.) aponte para questões referenciais muito distintas das de menino/ menina, morfológicamente diremos que tanto o {-a} de “jarra”, quanto o {-a} de “menina” pertencem ao mesmo paradigma morfológico. Essa afirmação se sustenta na observação de que tanto a base à qual se acopla o morfema, quando o item lexical gerado, *seguem a mesma regra lexical*. Denominemos esse paradigma de “-a¹”, hipônimo do paradigma “gênero feminino”, dentro do qual estão não só “menina”, mas também “candidata”, “empregada”, “advogada” etc. junto com “jarra” e os supracitados “caneca”, “espinha”, “fruta” etc. Em todos esses casos a representação do item lexical é indicada por meio de um +, por exemplo: {menin+a¹}, {jarr+a¹} etc.

A esse paradigma “-a¹”, portanto, só pertencem símbolos, que se vinculam a referências (isto é, meninas distintas de meninos ou jarras que se distinguem de jarros), mas, como já dissemos, há índices que não se vinculam a nenhuma referência, apenas ao próprio paradigma morfológico do gênero feminino, como no caso de “pedra”, que não se opõe a ★pedro². Casos como esse remetem-nos a um segundo paradigma, “-a²”. Observe-se que a mera aplicação de pares mínimos, tão funcional na fonologia, mostra-se falha em morfologia: pois não é possível fazer um par do tipo jarra/jarro com um dos elementos da oposição inexistente. A representação do item lexical, nesse caso, deve ser {pedr:a²} e não {pedr+a²}. Casos como esses remetem-nos novamente à lista de Said Ali supramencionada.

7 SIGNOS DESCONTÍNUOS

Um índice aparentemente é um signo sem o aval saussuriano e, de fato, a leitura do *Cours* nos faz crer que somente símbolos sejam signos legítimos. Essa escolha parece combinar com o postulado da arbitrariedade do signo, mas não é preciso romper com os preceitos saussurianos ao se admitirem índices entre os signos, pois eles são valiosos para inúmeras outras situações dos estudos morfológicos.

Um outro problema que argumenta a favor da desvinculação da Morfologia da face significante do signo é o problema da descontinuidade temporal de alguns morfemas no eixo sintagmático. Em inglês, o paradigma “número” tem pelo menos dois hipônimos “singular” e “plural”. O segundo é

² Sobre o uso do símbolo ★ em vez de *, vide Viaro (2011)

normalmente indicado por meio de uma aglutinação de um morfema {-s}, que foneticamente pode corresponder a várias expressões de significante, cuja variação implica uma natureza morfofonológica, a saber, [s], [z] e [ɹz]. No entanto, há formas excepcionais como *foot/ feet*, que remontam a um morfema único e descontínuo {f...t} para a base, enquanto a distinção de número é marcada por alternância vocálica. Há até mesmo alguma prolificidade nos paradigmas descontínuos: {...oo...} singular *vs* {...ee...} plural também ocorre em *goose/ geese* e *tooth/ teeth*. Isso comprova que o item lexical expresso como “feet” tem a sequência fonológica equivalente à sequência sintagmática, mas a sequência morfológica não, pois deveria ser representada de maneira descontínua como {f...t}+{...ee...}. Não se trata da única sequência descontínua do inglês pois há várias outras na mesma categoria “número” (como *woman/ women*, *man/ men*, *mouse/ mice*) e também na categoria “tempo” (*sing/ sang*, *eat/ ate*, *fight/ fought* etc.).

8 FLEXÕES

O que nos faz pensar que existe um paradigma “-a²” em língua portuguesa fundamentado em índices e não em símbolos é a existência de palavras masculinas terminadas em -a como “mapa”. Nesse caso, não temos obviamente nem {map+a³} nem {map:a³} porque -a não é símbolo nem índice do gênero masculino, intrínseco na palavra. Dito de outra forma, o -a não é segmentável e, portanto, é apenas um fonema e não um morfema. Não existe “-a³” nesse caso e sobre ele não se pode dizer nada em Morfologia.

Há, portanto, três tipos de substantivos terminados em -a na língua portuguesa e apenas dois são objetos de estudo da morfologia. O terceiro grupo forma as chamadas “exceções”. Na verdade, ver o caso de *mapa* da mesma forma como os casos de *jarra* e de *pedra* é um erro de análise. O que está por trás da questão é o conceito de flexão, que, nada mais é do que o que chamamos até agora de paradigmas morfológicos hiperônimos. Assim sendo, se um item lexical é considerado um substantivo, o conceito de gênero lhe é obrigatório na língua portuguesa e como só há dois tipos de gêneros gramaticais em português, todos os substantivos da língua portuguesa estarão em um ou em outro. É muito difícil enumerar as referências e é impossível enumerar a realidade, mas a Morfologia permite um número pequeno de flexões (“gênero”, “número”, “modo-tempo”, “pessoa-número”) e também poucas espécies imediatamente hipônimas (“masculino”, “feminino”). Os paradigmas abaixo dessas espécies, porém, podem ser maiores, mas nunca será infinito (“femininos terminados em -a”, “femininos terminados em -r” ou, por exemplo, no russo “masculino animado” etc.).

Uma flexão é, por assim dizer, uma espécie de obsessão da língua. Não existe elemento que não esteja classificado: no caso do gênero da língua portuguesa ou da árabe, se não é feminino, é masculino. Em alemão ou em russo,

se não é feminino, pode ser masculino ou neutro. No caso do japonês ou do húngaro, não faz sentido falar de gênero morfológico. Como todo item lexical deve ter um gênero, se não há um morfema que o expresse como $-a^1$ ou $-a^2$ respectivamente nas palavras femininas {jarr: a^1 } ou {pedr: a^2 }, o seu gênero é intrínseco, como é o caso do gênero masculino em {mapa}.

O caráter intrínseco ao signo se prova sintagmaticamente pelas chamadas concordâncias de gênero (tal como ocorrem com as concordâncias com os chamados “classificadores” em várias línguas como o mandarim ou o japonês). Nesse sentido, o vocábulo “mapa” está em paradigmas lexicais juntamente com outros vocábulos masculinos terminados em -a como “planeta”, “poema”, “dia” e em nada difere, na prática, de vocábulos sem índice algum para o gênero como “isopor”, “lençol” ou “monte”. Um vocábulo como “dente” é intrinsecamente masculino, já “ponte” é intrinsecamente feminino, provando a inexistência de morfemas, seja símbolos, seja índices. No entanto, o gênero transparece na composição entre o sufixo diminutivo e a base derivada da palavra original, com última vogal apagada: {dent+inh:o}, {pont+inh:a}.

Talvez uma análise mais detalhada das listas de Said Ali consiga formar subsídios para refutar esta tese, mas aparentemente, nem todo falante se orienta conscientemente após a aquisição da linguagem por meio de uma análise da cardinalidade do conjunto de vocábulos terminados em -r para concluir que seres não animados (inclusive seres abstratos) representados por um significante terminado em -r pertençam ao paradigma dos substantivos masculinos com exceção de “flor”, “dor”, “cor”, “colher”. A intuição do falante, nesses casos, precisa ser testada por meio de questionários, para chegar-se à conclusão de que há algum tipo de consciência semelhante à afirmação de que “palavras terminadas em -a são, na maioria, femininas”. Hábitos educacionais que agucem essa percepção e reflexões individuais dos falantes, contudo, não parecem decisivos para a formulação de teses relativas ao “funcionamento da mente” advogadas por várias correntes da Linguística, sem a metodologia requerida pelos estudos em Psicologia. Tais testes, porém, responderiam a muitas questões relativas ao papel da analogia na mudança e na regularização dos paradigmas em detrimento das chamadas leis fonéticas.

CONCLUSÕES

De tudo o exposto, convém observar que paradigmas morfológicos se assemelham mais a paradigmas semânticos do que a fonológicos ou sintáticos. Num modelo tradicional de signo (significado, significante e referência), a Morfologia compartilharia com a Semântica um lugar no significado. Não cabe perguntar onde estaria a sintaxe no signo, uma vez que, no signo saussuriano, o conceito de sintagma se opõe ao conceito de paradigma, assim como a sincronia se opõe à diacronia.

Embora as flexões nos paradigmas morfológicos sejam bastante resistentes à mudança linguística, a determinação de uma flexão de um vocábulo específico dentro de paradigmas lexicais é, por vezes, sujeita à variação. Em textos antigos, é frequente encontrar o vocábulo “planeta” associado ao gênero feminino e há oscilação sociolinguística entre o gênero masculino e o feminino em palavras como “cal” e “alface”. Também pode ocorrer aumento ou diminuição de prolificidade de um índice rumo à sua transformação em símbolo. Por exemplo, algumas profissões típicas de homens costumam revelar problemas referenciais na escolha do gênero gramatical e competem expressões como *o sargento Maria*, *a sargento Maria* ou *a sargenta Maria*.

Tal tipo de inquietação parece inexistir quando o gênero gramatical se relaciona tradicionalmente de modo uniforme independente do sexo na realidade, como é o caso de *criança*, palavra feminina que, apesar de remeter a um ser animado e humano, não provoca incômodo caso se refira a um menino ou a uma menina, pois a terminação *-a* tem o mesmo *status* do *-a* de *pedra*. Também no caso de “mulherão”, o gênero gramatical masculino não tem qualquer relação óbvia com parâmetros referenciais de feminilidade. Em outros casos, o morfema surge de forma tentativa e, a partir de “girafa”, constrói-se uma palavra como “girafo”, ou seja, o índice passa a símbolo. Muitas vezes esse recurso estilístico pode ter uma característica identitária como em vocabulários especializados, por exemplo, Vip & Libi (2006) citam casos como *beija*, *cabela*, *crocodila*, *dicionária*, *mamífera*, *ornitorrinca*, *prédia*.

Por fim, a oscilação pode refletir-se, dependendo do gênero do item lexical como índice ou não, assim, o vocábulo “cabeça” pode ser expresso como {cabeça:a} quando é feminino e refere-se à parte do corpo e pode ser expresso como {cabeça}, sem índice algum, quando é masculino e sinônimo de “líder”. Escusado é relembrar a ausência de parâmetros da gramática tradicional ao tratar da questão do gênero gramatical misturando formas como “gato/ gata” com problemas de natureza puramente lexical como “boi/vaca”: observa-se, nesse caso, claramente, a partir do exposto, que {gat+a} tem um {a} simbólico enquanto {vac:a} tem um {a} indicial. Outro vezo da Gramática é solucionar questões morfológicas como o gênero, intrínseco ou expresso por símbolos ou índices, de um item lexical por meio da concordância com um artigo definido: não se conclui que “pente” é masculino porque se diz “o pente”, antes, pelo contrário, se diz “o pente” porque “pente” é intrinsecamente masculino. Da mesma forma que há tantas categorias semânticas em que se pode incluir hiperonimicamente um pente, a saber, “utensílio”, “objeto”, “coisa” (para não falarmos de redes associativas que incluiriam “pente” em paradigmas como “cabeleireiro”, “cabeça”, “escova”, “careca” etc.), há também muitas categorias morfológicas em que a palavra “pente” se inclui: “substantivo”, “masculino”, “singular”.

O problema da concordância, que se reflete indiretamente na questão da redundância, é um problema de Morfossintaxe e não algo que podemos dizer

que seja explicável exclusivamente pelo encadeamento dos sintagmas: em *o rádio/ a rádio* diz-se que há redundância na forma masculina do item lexical por causa do índice {-o}, mas é difícil afirmar com a mesma segurança que em *o artista/ a artista*, a redundância ocorre apenas no índice {-a} da forma feminina, pois mesmo que verdadeira de um ponto de vista sincrônico e observacional, um estudo diacrônico refutaria essa afirmação, da mesma forma que refuta afirmações como “a palavra *colação* é uma derivação sufixal de *colar*”, pois sabidamente “colar” é uma derivação regressiva de “colação”, caso contrário incorreríamos em anacronismo, informação impossível de se obter valendo-se simplesmente da intuição. Da mesma forma, a mínima semelhança entre “rei/ rainha” se deve a fenômenos de ordem diacrônica, em que uma derivação marcadora de feminino (e não apenas uma flexão por meio de um morfema simbólico) se obscureceu completamente *reg-in-a-m > ra-inh:a*, ainda que ela seja visível em outros produtos históricos como em *gal-inh:a*.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Dalton de S. *Fundamentos de sistemática filogenética*. Ribeirão Preto: Holos, 2002.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts and London: MIT Press, 1981² [1976¹].
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Co, 1933.
- CÂMARA JR, Joaquim M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: UCP, 1962.
- LOCKE, John. *An essay concerning human understanding*. Oxford: Oxford University Press, 2008. [1690¹ 1699⁴].
- MALKIEL, Yakov. Los interfijos hispánicos. In: CATALÁN, D. *Estructuralismo e historia II: Miscelánea Homenaje a André Martinet*. Tenerife: Universidad de La Laguna, 1958, p. 107-187.
- MARTINET, André. La double articulation linguistique. *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*, n. 5, p. 30–37, 1949.
- ROSA, Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SAID ALI, Manoel. *Lexeologia do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos, 1921
- SAID ALI, Manoel. *Formação de palavras e syntaxe do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.
- SALAČIAK, Arleta Adamska. *Jan Baudouin de Courtenay's contribution to general Linguistics*. In: KOERNER, E. F. K.; SZWEDEK, A. *Towards a history of Linguistics in Poland from the early beginnings to the end of the 20th century*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand [Mongin] de. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 2005 [1916¹, 1922², 1931³].

VIARO, Mário Eduardo. Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos -eiro/-eira na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et al. *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, p. 45-84 [Série Trilhas linguísticas n. 12].

VIARO, Mário E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Linguística Galega*. Santiago de Compostela, n. 2, p. 173-190, 2010. Disponível em:

[http://ilg.usc.es/elg/volume/2/pescuda/Pescuda_Viaro_ELG02_2010.pdf] Acesso em 28/08/2018.

VIARO, Mário E. A formação do significado agentivo de -eiro. *XVI Congresso Internacional da ALFAL*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2012. p. 2671-2679. Disponível em:

[<http://www.usp.br/gmhp/publ/ViaA5.pdf>] Acesso em 28/08/2018.

VIARO, Mário; GUIMARÃES-FILHO, Zwinglio Guimarães-Filho; FERREIRA, Michael J. Derivação ou terminação: limites para a semântica, lexicologia e morfologia históricas. In: VIARO, Mário E. *Morfologia histórica*. São Paulo: Cortez, 2013.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia: a dicionária da línguaafiada*. São Paulo: Editora da Bispa, [2006].

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 18 de setembro de 2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 06 de novembro de 2018.